

Municípios assumem obras paradas em escolas por falta de verba federal

Prefeituras abrem os cofres para concluir obras de creches

Por falta de recursos federais, gestores de algumas cidades do Estado assumiram construções de escolas com verba própria



Com dinheiro municipal, EMEI Central Park, em Canoas, deverá ser entregue neste mês

BRUNO PANCOT
bruno.pancot@zerohora.com.br

Sem perspectivas concretas para o recebimento de recursos do governo federal, prefeituras de diversas regiões do Rio Grande do Sul têm decidido bancar a conclusão de escolas, creches e quadras esportivas com dinheiro do próprio município. É o que se verifica em cidades como Canoas, Gravatá, Guaíba, Porto Alegre e Rio Grande, por exemplo. Mesmo assim, dezenas de obras permanecem paradas no Estado, e é certo que uma parte delas não sairá mais do papel.

Conforme levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), há pelo menos cem obras de educação paralisadas ou inacabadas no Rio Grande do Sul. As edificações estão espalhadas por 65 municípios gaúchos, e os motivos que causaram as paralisações são, na maioria dos casos, a falta de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a falência das empresas que haviam vencido a licitação.

As cem obras enumeradas pela CNM constam

no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), plataforma em que os municípios informam ao governo federal como está o andamento das construções. Os números servem como parâmetro, mas não podem ser levados ao pé da letra, pois, em alguns casos, há uma defasagem entre as informações prestadas pelas prefeituras e a realidade concreta. Além disso, o sistema é constantemente atualizado.

ProInfância

As obras listadas pela confederação são referentes ao período de 2007 a 2022, boa parte delas relacionadas ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). Passados tantos anos desde o início dos trabalhos, ninguém sabe ao certo quantas escolas ainda têm condições de ser efetivamente concluídas.

GZH
Leia versão ampliada em gzh.rs/crechesz

— Não dá para chutar quando obras podem ser retomadas, teríamos de fazer um levantamento. Se o governo federal tivesse interesse em fazer um mutirão, em 15 dias te-

riamos um mapa por prédio — provoca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, para quem a “omissão dos governos que passaram” é a principal causa das obras paradas.

O cenário de obras paradas e desperdício de dinheiro público se torna ainda mais grave diante do desafio imposto aos municípios de zerar as filas na educação infantil. A obrigação já estava prevista na Constituição de 1988 e foi reafirmada em setembro de 2022, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que é dever do poder público ofertar vagas em creches. Prefeitos e entidades municipalistas alegam que falta dinheiro para cumprir a decisão do STF. No dia 13 de abril, em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que o governo federal deverá lançar, nas próximas semanas, medida provisória para reiniciar as obras da educação nos Estados. O investimento estimado para a retomada é de quase R\$ 4 bilhões, de acordo com o FNDE.

— O presidente da República irá lançar, em breve, um programa de repactuação de todas as obras inacabadas e paralisadas nas escolas, por meio de medida provisória — sinalizou o ministro.

Guaíba terminou dois prédios, mas desistiu de outros dois

A situação em Guaíba, na Região Metropolitana, é um exemplo que ilustra o contexto de boa parte das cidades gaúchas, tanto pelo aspecto positivo quanto pelo negativo. Em 2013, o município deu início à construção de cinco escolas de educação infantil por meio do ProInfância. Em 2015, a administração local entregou a primeira, a Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Waina Maria Alencastro Barbosa, no bairro Jardim dos Lagos. A unidade recebeu repasse de R\$ 1,49 milhão do governo federal e não demandou nenhum centavo do município. Foi a única que saiu conforme o plano original.

Quando assumiu o Executivo, em janeiro de 2021, o atual prefeito Marcelo Maranata (PDT) encontrou quatro obras de escolas infantis paralisadas. Sem sinal de que receberia novos recursos do governo federal, a prefeitura decidiu finalizar duas unidades, que atendem quase 400 crianças nos bairros Cohab Santa Rita e Jardim dos Lagos. Pelas duas creches, o investimento do município foi de R\$ 1,93 milhão, enquanto o FNDE contribuiu com R\$ 2,69 milhões (valores não corrigidos pela inflação). Outras duas obras, no entanto, não serão mais entregues. As unidades que seriam abertas nos bairros Noli e Pedras Brancas foram abandonadas pela empresa que venceu a licitação.

Nos dois locais, ainda há esqueletos da estrutura. A reportagem de ZH esteve nos locais e constatou a deterioração das estruturas. A prefeitura confirmou que os

projetos não serão retomados por três fatores: danificação do material e da estrutura, falta de verba federal e a avaliação de que as obras não são mais necessárias nos pontos em que seriam construídas, pois já existem unidades próximas que absorvem a demanda por vagas.

— Muito do material abandonado estragou, enferrujou — explica Maranata.

A prefeitura de Guaíba espera uma orientação do FNDE a respeito do que fazer com os esqueletos. A dúvida é se os recursos gastos deverão ser devolvidos ao governo federal ou não.

Retomada

A cerca de 40 quilômetros de distância dali, as EMEIs Alcely Paulo de Oliveira (Cica) e Central Park, no bairro Mato Grande, em Canoas, foram iniciadas em 2013, mas ficaram paralisadas após a falência da construtora.

As duas escolas foram retomadas com investimento de R\$ 2,1 milhões do município, além dos R\$ 3,1 milhões do governo federal. A Cica foi entregue em abril de 2021. Já a Central Park, que estava em pior estado de conservação, deve ser concluída no final deste mês.

— Na Central Park, a realidade foi muito cruel. Ela foi muitas vezes canibalizada pela própria comunidade, por mais que se investisse em segurança — diz a secretária da Educação, Beth Colombo, que era vice-prefeita de Canoas à época do início das obras.



EMEI Waina Maria Alencastro Barbosa, no bairro Jardim dos Lagos, foi entregue em 2021



O cenário nas grandes cidades

As obras listadas pela confederação são referentes ao período de 2007 a 2022, boa parte delas relacionadas ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). Passados tantos anos desde o início dos trabalhos, ninguém sabe ao certo quantas escolas ainda têm condições de ser efetivamente concluídas.

CNM tentará obter recursos do governo da União

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) tentará obter recursos do governo da União para a retomada de obras paralisadas em escolas e creches. O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, afirmou que o governo federal deverá lançar, nas próximas semanas, medida provisória para reiniciar as obras da educação nos Estados. O investimento estimado para a retomada é de quase R\$ 4 bilhões, de acordo com o FNDE.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 6 e 7